



Revista Científica Hermes

ISSN: 2175-0556

hermes@fipen.edu.br

Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa
Brasil

Pinheiro, Douglas Renato; da Silva Costa, Esdras; Bresciani, Luís Paulo
INOVAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS: A CONTRIBUIÇÃO DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA A REGIÃO DO GRANDE ABC
Revista Científica Hermes, vol. 18, 2017, Maio-, pp. 325-343
Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477653290008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

**INOVAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS: A CONTRIBUIÇÃO DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA A REGIÃO DO GRANDE ABC
INNOVATION AND REGIONAL PUBLIC POLICIES: THE CONTRIBUTION
OF HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS TO THE REGION OF THE
GREAT ABC**

Recebido: 25/02/2017 – Aprovado: 24/03/2017 – Publicado: 31/05/2017

Processo de Avaliação: Double Blind Review

Douglas Renato Pinheiro¹

Doutorando em Administração pela USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul)

Esdras da Silva Costa²

Doutorando em Administração pela USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul)

Luís Paulo Bresciani³

Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)

Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração

RESUMO

O desenvolvimento das políticas públicas regionais e as transformações contemporâneas exercidas pelo processo de inovação estão correlacionadas com a integração entre as instituições de ensino superior, empresas e governo, tendo como base o uso da ciência e da inovação para a redução do grau de disparidade socioeconômica existente. O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, sendo conduzida por uma análise documental, tendo como base as instituições de ensino superior participantes do IV

¹ Autor para correspondência: R. Pedro Zaccaria, 1300 – Caixa Postal 1068, CEP 13484-350 – Limeira – São Paulo – Brasil. douglasrpinheiro@uol.com.br

² E-mail para correspondência: esdras-dasilva@bol.com.br

³ E-mail para correspondência: lpbresciani@uscs.edu.br



Simpósio de Pesquisas do Grande ABC (SPGABC), em 2014. A pesquisa mostra o envolvimento das instituições de ensino superior do Grande ABC em ações de inovação e políticas públicas regionais. Como resultado, verificou-se que algumas instituições de ensino superior têm um maior envolvimento com políticas públicas regionais, e outras possuem um maior envolvimento com processos de inovação. Dessa forma, foi possível compreender o modo de atuação e vocação dessas instituições perante seus *stakeholders*, bem como identificar sua contribuição para o crescimento e desenvolvimento do Grande ABC.

Palavras-chave: Políticas Públicas Regionais; Políticas de Inovação.

ABSTRACT

The development of regional public policies and the contemporary transformations carried out by the innovation process are correlated with the integration between higher education institutions, companies and government, based on the use of science and innovation to reduce the degree of socioeconomic disparity. The present study is an exploratory research, being conducted by a documentary analysis, based on the higher education institutions participating in the IV Symposium of Research of the Great ABC – SPGABC (2014). The research shows the involvement of higher education institutions of the great ABC in innovation actions and regional public policies. As a result, it has been found that some higher education institutions are more involved with regional public policies, while others are more involved with innovation processes. In this way, it was possible to understand the way these institutions act and their vocation to their stakeholders, as well as to identify their contribution to the growth and development of the great ABC.

Keywords: Regional Public Policies; Innovation Policies.



1 INTRODUÇÃO

Com as frequentes mudanças de infraestrutura, estando relacionadas ao fator empresa e sob traços de desenvolvimento, o termo *inovação* ganha nítida expressão nos debates globais, com ênfase para as mudanças de caráter tecnológico, ganhando notoriedade após a crise do modelo fordista de produção (CASTILHOS; CATTANI, 1997).

A introdução de um Sistema de Inovação torna-se justificável tendo em vista o processo de ampliação dos esforços relacionados à inovação, não decorrendo único e exclusivamente de grandes centros de pesquisas, seguindo uma linha de raciocínio linear, a qual justifica o processo de inovação unicamente relacionada aos centros de pesquisa e desenvolvimento (APOLINÁRIO, 2013).

Apoiados sob a corrente teórica de Schumpeter (1964), Castilhos e Cattani (1997) fazem uso do termo “destruição criadora de inovação” compreendendo que os processos de inovação destroem infraestruturas anteriores, estando relacionado a mudanças incrementais e radicais, podendo romper padrões atuais de infraestruturas e, sobretudo criar novos modelos estruturais ainda não explorados comercialmente.

Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES) tornam-se importantes para o processo de inovação, contribuindo com a geração de novas tecnologias, pesquisa e conhecimento científico, sendo as IES uma parte estratégica das políticas de inovação e desenvolvimento (NELSON, 1990). O processo de transferência de conhecimento entre universidades e empresas torna-se tema relevante de pesquisa, configurando como tópico de destaque na agenda de políticas de ciência, tecnologia e inovação, tanto dos países desenvolvidos quanto dos países em processo de desenvolvimento (DE MELO, 2012).

Na esfera das políticas públicas, a agenda de inovação surge como um avanço, porém marcado por nítidos atrasos, quando comparado a países como: Japão, Coreia do Sul, França e Finlândia (SALERNO; KUBOTA, 2008). Tais países obtiveram importantes avanços em inovação, dada a importância reconhecida dos estímulos governamentais e dos processos de interatividade.

Porém, a interatividade entre universidade, empresa e governo, constituída pela formação da Hélice Tripla (ETZKOWIT; LEYDESDORFF, 1995) enfatiza a importância do papel do governo na condução de um Sistema de Inovação, pois diante desse cenário, tanto as empresas quanto as Instituições de Ensino Superior (IES),



encontrarão dificuldades relacionadas a fontes de financiamento e obtenção de recursos para subsidiar sua busca por inovação e desenvolvimento de pesquisas (SALERNO; KUBOTA, 2008).

Nessa perspectiva, surgem os desafios institucionais caracterizados como possíveis falhas por parte do governo, essencialmente quando relaciona o Estado como mola propulsora para o progresso em inovação, cabendo a este criar estímulos para os processos de desenvolvimento (MATIAS-PEREIRA; KRUGLIANSKAS, 2005).

Como objetivo geral de pesquisa, o artigo busca evidenciar as Instituições de Ensino Superior (IES), localizadas na região do Grande ABC, e suas vocações. Desse modo, o texto busca compreender por meio de uma perspectiva documental se as IES pesquisadas estão inseridas no contexto das políticas públicas regionais, ou se estão atuando com vocações ligadas à inovação.

Dentro de uma visão metodológica, o artigo configura-se como uma pesquisa exploratória, tendo como base fontes de dados documentais, atuando diretamente com informações ligadas aos processos de políticas de inovação e políticas públicas sob a perspectiva das Instituições de Ensino Superior (IES), utilizando como recorte as universidades que participaram do IV Simpósio de Pesquisas do Grande ABC, realizado em 2014.

Nesse contexto, busca-se compreender em qual área as IES, participantes do Simpósio de Pesquisa, demonstram suas vocações, e dessa forma, contribuem para o crescimento e desenvolvimento da região do Grande ABC.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico busca descrever os conceitos e a importância das Instituições de Ensino Superior (IES) dentro da perspectiva do Sistema de Inovação (SI) e Políticas Públicas (PP), no tocante aos aspectos relacionados ao processo de desenvolvimento econômico regional e consequente diminuição dos níveis de disparidades sociais.

2.1 Instituições de Ensino Superior (IES) e Sistema de Inovação (SI)

Historicamente, a partir das reformas exercidas pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) as Instituições de Ensino Superior (IES) começam a se configurar e atuar na modalidade de ensino público e privado, de acordo com a Lei de n. 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), estando em consonância com o seu capítulo IV, art. 43.

Uma instituição de ensino superior deve desenvolver um processo de inquietude, tendo ainda o papel de formar e promover a cidadania, ligada diretamente ao processo de transformação da sociedade e ainda relacionada ao uso da ciência e da tecnologia, com isso, proporcionando a diminuição das disparidades sociais e processos de interação entre universidades, empresas e órgãos públicos (MARCOVITCH, 1998).

Os debates sobre universidades, empresas e Estado têm importante função enquanto articuladores de um sistema de desenvolvimento nacional, denominado de Sistema de Inovação (SI). Por meio das contribuições de Etzkowitz e Leydesdorff (1995), o termo cooperação entre universidades e empresas (U/E) ganha forças quando relacionada à introdução do papel do governo, como agente responsável para uma plena articulação, denominada de Tripla Hélice, surgindo, originalmente, por meio dos estudos de Jorge Sábato em 1968 (SBRAGIA et al., 2006).

Verifica-se a importância das instituições de ensino superior como uma das fontes basilares do processo de inovação, tendo em vista não apenas formarem força de trabalho qualificada, mas, fundamentalmente, liderarem o processo de geração de conhecimento técnico e científico (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 1995; LUNDVALL; CHRISTENSEN, 1999; MAZZOLENI; NELSON, 2006; SALERNO; KUBOTA, 2008; CHIARINI; RAPINI; VIEIRA, 2013).

A expressão Tripla Hélice (universidade, empresas e governo) funciona como um aporte infraestrutural, através da criação de estímulos para a geração de conhecimento, disponibilidade de recursos financeiros e busca por aplicabilidade das melhores práticas gerenciais tendo como base o processo de interação entre os atores (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 1995).

O termo inovação, tendo como base a corrente teórica de Schumpeter (1964), está relacionado a um processo de transformação econômica e mudanças relacionadas às estruturas de mercado, sendo elaborado de acordo com a teoria evolucionária do desenvolvimento, fazendo uso da expressão destruição criativa, termo relacionado a mudanças de caráter estrutural.

Desse modo, Apolinário (2013) caracteriza os Sistemas de Inovação (SI), sob aspectos de inter-relação entre agentes econômicos, promovendo o desenvolvimento e a difusão por meio da introdução de novas tecnologias, com base no envolvimento direto dos agentes, classificados como: universidades, empresas, centros de pesquisa, agências de inovação, órgãos de apoio a pesquisa, incubadoras de cunho tecnológico e empresas.

A princípio, a inovação era constituída unicamente pelas firmas, com novas introduções de produtos e aperfeiçoamento destes nos diversos mercados, amparados por um modelo de economia estática, tendo em vista unicamente os processos de reduções de custos (SCHUMPETER, 1964).

Atualmente, a expressão *inovação* está inteiramente ligada a processos de mudanças contínuas, não apenas com o surgimento de invenções, mas como interações com práticas comerciais, tendo em vista os relacionamentos entre empresas, centros de pesquisas, universidades e o apoio do governo.

Assim, a inovação pode ser entendida como a criação de novos processos produtivos, surgimento e melhorias de novos produtos, além de processos de inovações ligadas ao marketing, com ganhos significativos quando relacionados ao acúmulo de conhecimento e redes de interações, o que geram nítidas vantagens para seus formuladores (MARQUES; ABRUNHOSA, 2005).

2.2 Políticas públicas

Os processos políticos, sociais e econômicos que acompanharam a transformação do Estado a partir da segunda metade do século XX resultaram na emergência de um novo



campo de investigação social, denominado de análise das políticas públicas (AGUIAR; PAESE, 2012).

Segundo Souza (2006), a política pública permite diferenciar entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. Ela envolve vários atores e níveis de decisão. A política pública é ampla e não se restringe a regulamentações, é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. Embora tendo impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão, tais como a implementação, execução e avaliação.

2.2.1 Processo de criação de agendas públicas

De acordo com Matos Pinto (2008), a criação da agenda pública ocorre por meio de uma articulação entre as correntes do problema, das alternativas e da respectiva política. A possibilidade de um assunto ou tema adentrar o formato de agenda torna-se elevada se as três correntes caracterizadas por problemas, propostas de política e processo político estiverem interligadas.

Segundo Matos Pinto (2008, p. 34), “a agenda governamental é determinada nas correntes políticas ou de problemas e as alternativas são geradas na corrente de política pública”. De acordo com Viana (1996), são dois os fatores que influenciam a construção da agenda governamental. Primeiro, os participantes descrevem as etapas e os processos pelos quais algumas alternativas e alguns itens se tomam cruciais. Esses participantes também são classificados como atores governamentais e não governamentais.

Os atores governamentais são classificados pela hierarquia da alta administração pública. Sendo constituída por presidentes e políticos nomeados para cargos públicos. Também fazem parte os funcionários públicos de carreira e, os respectivos parlamentares e funcionários do Congresso. O grupo dos atores não governamentais está norteado pelos grupos de oposição e de interesse. Também fazem parte desse grupo a influência acadêmica, os consultores, os diversos tipos de mídia, os participantes das campanhas eleitorais, os partidos políticos e a opinião pública (VIANA, 1996).

Somente problemas e políticas poderiam estruturar a agenda governamental, contudo, a probabilidade de um item incorporar na agenda de decisão se torna elevada se as três correntes (de problemas, de políticas e da política) estiverem unidas. Se um dos três elementos estiver faltando, por exemplo, uma solução não estiver disponível, um



problema não encontrado ou não dispor de força suficiente, ou o apoio da corrente política não estiver disponível, então a colocação do assunto na agenda de decisão é transitória (MATOS PINTO, 2008).

Problema, alternativas e corrente política facilitam a análise da dinâmica dos vários atores, revelando a abertura ou não de “janelas de oportunidade” para a incorporação de um item na agenda governamental (MATOS PINTO, 2004).

2.2.2 Processos de formulações e implementação das políticas públicas

As fases de elaboração do projeto (ou formulação) e implementação constituem os dois momentos importantes na formação das políticas, sendo fruto de diferentes processos e com diferentes funções sociais (VIANA, 1996).

A formulação de políticas públicas pode ser subdividida em três fases, conforme descreve Viana (1996, p. 13):

A primeira fase, quando uma massa de dados se transforma em informações relevantes; segunda, quando valores, ideais, princípios e ideologias se combinam com informações factuais para produzir conhecimento sobre ação orientada; e última, quando o conhecimento empírico e normativo é transformado em ações públicas.

Segundo Aguiar e Paese (2012), a formulação requer também um planejamento que implica um processo que, por definição, em uma tramitação democrática, na qual o ritual de reuniões sistemáticas preveja que todos os presentes possam se manifestar, movimentos sociais, grupos de indivíduos representados, entidades interessadas e o Estado.

A implementação, de acordo com Viana (1996), é definida no processo em que a política governamental se envolve com sujeitos não governamentais, sendo alguns deles objetos da política com poder de ação, recursos e ideias. Implementação é, portanto, uma relação entre atores (governamentais e não governamentais), na qual estes ganham *status* de sujeitos intencionais. Esse processo desenvolve-se segundo um tempo estabelecido, de tal modo que em cada momento interagem atores governamentais e não governamentais, com ideias, recursos e ações próprias.

De acordo com Minogue(1983 apud AGUIAR, PAESE, 2012), os estudos sobre os processos de implementação se tornaram muito relevantes para analisar os resultados de uma política. A implementação de política é uma fase do processo decorrente do processo político. É o momento crucial, pois quando não se atinge o objetivo definido, muitas vezes, isso é considerado falha de gestão.

O próprio processo de implementação tem imbuído no seu contexto a tomada de decisões, que se constituirá em fonte de dados, de informações que contribuirão para a implementação, além de produzir elementos para avaliação da implementação (AGUIAR, PAESE, 2012).

2.2.3 Políticas Públicas de Inovação

A participação, em conjunto, das Instituições de Ensino Superior (IES), empresas e órgãos governamentais pode ser um diferencial como peça fundamental para a continuidade e consolidação de um Sistema de Inovação (SI), promovendo o processo de desenvolvimento e formulação de agendas. Essa agenda de inovação está delineada sob leis – mencionadas a seguir –, que estimulam os processos de inovação e incentivos a cooperações e busca por parcerias entre atores públicos e privados:

- Lei n. 10.168/2000, que instituiu o “Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação” (BRASIL, 2000);
- Lei de Inovação Tecnológica n. 10.973/04, que promove a plena continuidade dos processos científicos, tecnológico e de inovação entre os setores públicos e privados (BRASIL, 2004);
- Lei n. 11.196/05, denominada Lei do Bem, criando incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (BRASIL, 2005).

Sendo assim, para a consolidação de um progresso técnico e científico torna-se essencial o desenvolvimento de novas infraestruturas capazes de oferecer suporte para os processos de inovação, em particular as atividades que agregam conhecimento científico e tecnológico, o que proporciona competitividade, conhecimento e desenvolvimento regional.



3 METODOLOGIA

O presente artigo busca descrever, por meio de uma pesquisa exploratória realizada sob uma análise documental, como as Instituições de Ensino Superior (IES), localizadas na região do Grande ABC, estão inseridas em suas atividades de pesquisa, com foco nas atividades envolvendo o contexto das políticas públicas regionais e inovação.

As pesquisas com características exploratórias podem proporcionar maior compreensão acerca do seu objeto de estudo, ou sobre o fenômeno a ser estudado. Assim, contribuem com resultados preliminares para futuras pesquisas sobre o tema (PEREIRA, 2010).

A pesquisa parte de um levantamento bibliográfico acerca das teorias de integração entre universidades e empresas, delineado a partir das teorias de políticas públicas e inovação.

Para o presente artigo, optou-se por pesquisar as instituições de ensino superior que participaram do IV Simpósio de Pesquisas do Grande ABC – SPGABC, buscando em sua base documental informações relevantes quanto ao envolvimento das instituições de ensino superior com o processo de inovação e políticas públicas regionais.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O IV Simpósio de Pesquisas do Grande ABC – SPGABC promovido pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) foi realizado em 30 de outubro de 2014 na cidade de São Bernardo do Campo. O simpósio foi dividido em quatro eixos temáticos, a saber: ciências humanas e sociais aplicadas; saúde e biológicas; exatas e engenharias; e educação.

O IV Simpósio de Pesquisa também contou com a presença do setor produtivo local, o que permitiu maior integração com a região do Grande ABC.

Seis universidades participaram do IV Simpósio de Pesquisa: Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Centro Universitário da FEI (FEI), Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia (Mauá), Centro Universitário Fundação Santo André (FSA), Universidade Federal do ABC (UFABC) e Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

Todas as Instituições de Ensino Superior (IES), participantes do IV Simpósio de Pesquisa do Grande ABC, contam com programas de pós-graduação, em nível de mestrado e/ou doutorado, assim como diversos programas de extensão em diferentes áreas do conhecimento.

Por fim, o IV Simpósio de Pesquisas do Grande ABC (SPGABC) foi idealizado para proporcionar maior aproximação dessas instituições, além de permitir e estimular atividades de pesquisas entre as IES e empresas. O Simpósio também contou com a participação de quatro representantes das agências de fomento: CAPES, CNPq, FINEP e FAPESP.

As análises dos resultados estão expostas de acordo com cada instituição de ensino superior pesquisada, apresentando seus resultados sob a ótica das políticas públicas regionais desempenhadas e/ou como suporte e sobre sua atuação com ações indutoras de inovação.

4.1 Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)

A Universidade Metodista de São Paulo foi originalmente implantada no ano de 1938, sob o nome de Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em São Bernardo do Campo. *A priori*, a região na qual a instituição estava inserida passava por mudanças e transformações sociais, políticas, econômicas e com aspectos de vocação educacional promissora (UNIVERSIDADE METODISTA, 2016).

Para esse artigo serão enfatizadas as contribuições da Cátedra Gestão de Cidades, criada em 2003, que tem como finalidade refletir sobre o desenvolvimento da cidade/região e contribuir para ele, produção de conhecimento, promoção de estudos, pesquisas e debates em políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos munícipes da região metropolitana do Grande ABC.

Verifica-se que a Universidade Metodista de São Paulo, por meio das ações desempenhadas pela Cátedra Gestão de Cidades, tem como vocação a gestão das políticas públicas regionais. Isso não significa que a instituição despreze a importância da inovação, mas seu foco está no âmbito das políticas públicas regionais.

4.2 Centro Universitário da FEI



Tendo como base o crescimento econômico brasileiro da década de 1940, o Pe. Roberto Saboia de Medeiros fundou, em 1941, a antiga Escola Superior de Administração de Negócios de São Paulo (ESAN-SP). Posteriormente, surgiu, em 1945, a Faculdade de Engenharia Industrial, criada com o apoio direto de outras instituições de ensino. Todavia, somente em 2012 surgiu a denominação de Centro Universitário da FEI. Com a proposta de integração de competências, a instituição modifica sua nomenclatura de instituição de ensino superior para Centro Universitário FEI, sob aprovação do MEC, por meio da Portaria n. 2.574, de 4 de dezembro de 2001 (CENTRO UNIVERSITÁRIO FEI, 2016).

Verifica-se que o Instituto de Pesquisa e Estudo Industriais (IPEI), vinculado ao Centro Universitário da FEI, além de desenvolver procedimentos internos, também proporciona o trabalho em sinergia com profissionais aptos para atuar nas demandas industriais, trabalhando em serviços especiais e atendendo às necessidades específicas das empresas atuantes na região.

Desse modo, o Centro Universitário da FEI tem sua vocação em ações de tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento industrial, a partir de pesquisas de caráter acadêmico e empresarial.

4.3 Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT)

Fundado como uma associação sem fins lucrativos em 1961, o Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), tem suas atividades ligadas às práticas de ensino e pesquisa científica e tecnológica (IMT, 2016).

O centro de pesquisa vinculado à instituição tem forte vocação nas áreas de tecnologia, sobretudo ofertando serviços de tecnologia com características industriais em diversas áreas de atuação. Além disso, o centro de pesquisa do IMT possui qualificações fornecidas por órgãos competentes, como Inmetro, Agência Nacional de Petróleo (ANP), ABNT e qualificação internacional certificada pela National Instruments.

De fato, o Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) dispõe forte vocação para as pesquisas de cunho tecnológico, contribuindo com aspectos de melhorias direcionadas para o setor produtivo local/regional.

4.4 Centro Universitário Fundação Santo André (FSA)



O Centro Universitário Fundação Santo André foi criado em 1962. A instituição foi originada por meio de Lei Municipal e mantida sob a responsabilidade do poder público do município de Santo André (CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ, 2016).

Posteriormente, a Fundação Santo André se torna a mantenedora do Centro Universitário Fundação Santo André (FSA), integrando as atividades exercidas pela universidade, agregando aspectos de pesquisa, extensão universitária e envolvimento com a comunidade local.

O Centro Universitário Fundação Santo André (FSA) está inserido em diversos tipos de atividades, contemplando ações de tecnologias nitidamente ligadas a traços de inovação com importantes pesquisas vinculadas às áreas industriais e de serviços. Contudo, também conta com atuação e estudos ligados ao desenvolvimento regional, promovendo discussões aprofundadas sobre a dinâmica do desenvolvimento econômico regional.

4.5 Universidade Federal do ABC (UFABC)

A Universidade Federal do ABC (UFABC) foi inaugurada no ano de 2005. Seu projeto acadêmico conta com uma matriz interdisciplinar que envolve conhecimento científico e tecnológico (UFABC, 2016). A instituição tem suas ações voltadas para as demandas de tecnologia e engenharia, o que proporciona um desenvolvimento em longo prazo para a região.

A Universidade Federal do ABC dispõe de uma agência de inovação, denominada InovaUFABC. Criada em 2010, a agência foi idealizada para gerir a política institucional de propriedade intelectual, transferência de tecnologia e atividades ligadas ao empreendedorismo tecnológico local (AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, 2016).

Verifica-se que as atividades desempenhadas pela UFABC e sua agência de inovação contemplam ações voltadas para as práticas de desenvolvimento tecnológico. As atividades tecnológicas exercidas pela UFABC e por sua agência de inovação permitem à instituição comercializar as inovações tecnológicas desenvolvidas no âmbito da universidade. Do mesmo modo, também proporciona uma interação entre academia e empresas locais por meio da transferência de tecnologia e atividades exercidas em conjunto com atores internos e externos.



4.6 Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)

A Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) foi fundada no ano de 1968 e possui destaque com relação a sua vocação regional. A instituição configura-se com uma posição que lhe confere destaque no contexto da região metropolitana do Grande ABC. A instituição conta ainda com o Instituto de Pesquisa Aplicada (INPES), criado em 1982.

Atualmente, o INPES vem desenvolvendo suas atividades nas áreas de administração pública e comunidade empresarial, atuando em pesquisas socioeconômicas da região do Grande ABC (USCS, 2016).

Nota-se que, assim como a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) possui suas ações voltadas para a gestão das políticas públicas locais. Seus indicadores e pesquisas realizadas colaboram para compreender o desenvolvimento socioeconômico e social da população residente na região do Grande ABC.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as instituições de ensino superior pesquisadas e participantes do IV Simpósio de Pesquisas do Grande ABC (SPGABC), observa-se que as instituições de ensino superior estão inseridas em atividades ligadas à promoção de inovações tecnológicas e vinculadas as políticas públicas regionais.

As instituições de ensino superior diversificam suas ações de acordo com suas vocações institucionais. Dessa forma, contribuem para a promoção das políticas públicas locais e para a promoção da inovação tecnológica em ambientes produtivos.

Por meio desta pesquisa, verifica-se que a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) têm raízes ligadas às políticas públicas locais e realizam ações que promovem e apoiam estudos, pesquisas, debates e projetos vinculados às políticas públicas integradas locais.

Com relação às políticas de inovação, destacam-se a Universidade Federal do ABC, o Centro Universitário da FEI e o Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, com forte vocação para ações de empreendedorismo tecnológico.

Cabe ressaltar que o Centro Universitário Fundação Santo André, além de contemplar pesquisas voltadas à inovação nas áreas industriais e de serviços, atua também com pesquisas relacionadas ao desenvolvimento social e econômico da região.

Um outro aspecto importante a ser destacado é a forte atuação dessas universidades em atividades de extensão universitária. Tais atividades interagem buscando o envolvimento entre academia e o seu meio social. As atividades, geralmente, são desenvolvidas em conjunto com as comunidades locais e envolvem princípios de conscientização e preservação, com a participação direta de discentes e docentes envolvidos.

Por fim, percebe-se que as temáticas políticas públicas locais e inovação não se configuram obras acabadas. Tais temáticas requerem constantes avanços e melhorias contínuas em seus processos de condução. Seja no campo da formulação e implementação das políticas públicas locais, seja na área da inovação tecnológica. É importante compreender que as instituições de ensino superior pesquisadas promovem a difusão das políticas públicas regionais e políticas de inovação. Contudo, podem esbarrar em suas próprias limitações e dificuldades institucionais, seja por motivos burocráticos ou escassez de recursos.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO. **Inova UFABC**. Disponível em: <<http://inovacao.ufabc.edu.br/home/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

AGUIAR, Anne Adelle Gonçalves de; PAESE, Cláudia Regina. Revisitando os conceitos de formulação, implementação e avaliação de políticas e programas sociais no Brasil. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 4, n. 6, jan./jul. 2012.

APOLINÁRIO, Valdênia. Sistema de inovação e desenvolvimento: reflexões a partir da experiência brasileira. **Conferência Internacional LALICS 2013**, Rio de Janeiro, p. 1-16, nov. 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. Lei n. 10.168/2000. **Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação**. Brasília, 2000.

_____. Lei n. 10.973/2004. **Lei de Inovação Tecnológica**. Brasília, 2004.

_____. Lei n. 11.196/2005. **Lei do Bem**. Brasília, 2005.

CASTILHOS, Clarice; CATTANI, Antonio David. Inovação. In: CATTANI, Antonio David. **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FEI. **Instituto de Pesquisa e Estudos Industriais (IPEI)**. Disponível em: <<http://www.ipei.com.br/inovacao-tecnologica/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ. **Projetos e Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.fsa.br/projetos/projetos-pesquisas>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

CHIARINI, Tulio; RAPINI, Márcia Siqueira; VIEIRA, Karina Pereira. Produção de novos conhecimentos nas universidades federais e as políticas públicas brasileiras recentes de CT&I. **Conferência Internacional LALICS 2013**, Rio de Janeiro, p. 1-30, nov. 2013.

DE MELO, Daniel Reis Armond. **Relação universidade-empresa no Brasil: o papel da academia em redes de coinvenção**. Universidade Federal da Bahia. Escola de administração núcleo de Pós-Graduação em Administração. Eixo acadêmico Mestrado/Doutorado. Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/relacao-universidade-empresa-brasil-papel-academia-redes-coinvencao>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The triple helix-university-industry-government relations: a laboratory for knowledge based economic development. **European Association Study Science and Technology Review**, v. 14, n. 1, p. 14-19, 1995.

IMT – INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA. **Serviços tecnológicos**. Disponível em: <<http://maua.br/servicos-tecnologicos>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

LUNDVALL, Bengt-Åke; CHRISTENSEN, Jesper Lindgaard. Extending and deepening the analysis of innovation system: with empirical illustrations from the DISCO-project. **DRUDI Working Paper**, n. 99-12, oct., 1999.

MARCOVITCH, Jacques. **A universidade (im)possível**. São Paulo: Futura, 1998.

MARQUES, Alfredo; ABRUNHOSA, Ana. **Do modelo linear de inovação à abordagem sistêmica: aspectos teóricos e de política econômica**. Centro de Estudos da União Europeia (CEUNEUROP). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2005.



MATIAS-PEREIRA, José; KRUGLIANSKAS, Isak. Gestão de inovação: a lei de inovação tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 4, n. 2, jul./dez, 2005.

MATOS PINTO, Isabela C de. **Ascensão e Queda de uma Questão na Agenda Governamental: o caso das Organizações Sociais da Saúde na Bahia**. Administração do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA, 2004. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/ascensao-queda-questao-agenda-governamental-caso-organizacoes-saude-bahia>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

_____. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 27-36, jan./jun. 2008.

MAZZOLENI, Roberto; NELSON, Richard. The roles of research at universities and public labs in economic catch up. **Laboratory of Economics and Management Sant’Anna School of Advanced Studies**. Pisa, Italy, 2006.

NELSON, Richard. Capitalism as an engine of progress. **Research Policy**, v. 19, p. 193-214, 1990.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SALERNO, Mario Sérgio; KUBOTA, Luis Claudio. Estado e inovação. In: NIGRI, João Alberto; KUBOTA, Luis Claudio. **Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008.

SBRAGIA, Roberto; STAL, Eva; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu; ANDREASSI, Tales. **Inovação: como vencer esse desafio empresarial**. São Paulo: Clio, 2006.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1964.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

UFABC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Institucional UFABC**. Disponível em:

<http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=3>. Acesso em: 26 jul. 2016.

UMESP – UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO. **Cátedra Gestão de Cidades**. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/escola-de-gestao-e-direito/noticias/agencia-metodista-de-consultoria-unifica-espacos-de-estudos-pesquisas-e-servicos-a-comunidade>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

USCS – UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. **Instituto de Pesquisa Aplicada da USCS (INPES)**. Disponível em: <<http://www.uscs.edu.br/pesquisa/inpes.php>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-43, mar./abr. 1996.

